



CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se este Legislativo na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às dezenove horas, para a realização da segunda Audiência Pública do Decimo Primeiro Período da Quarta Sessão Legislativa sob a presidência do Vereador Antônio Alves de Paula que, com as palavras de praxe, percebendo haver número regimental, declara abertos os trabalhos. O Presidente determina ao Secretário que faça a chamada, observando-se a presença de todos os vereadores. Dando início o Presidente fez a leitura do encaminhamento da Proposta de Revisão da Lei Orgânica Municipal assinada pelos vereadores Geraldo Fonseca Neto, Alex Adriano da Cunha Silva e Tadeu Tavares de Matos. O Presidente destacou a participação dos vereadores acima citados, juntamente com a Assessora Parlamentar Dra. Aline Lillian Pereira Nunes, em curso promovido pelo IBL – Instituto Legislativo Brasileiro, por meio do Programa Interlegis do Senado Federal. Em seguida leu ofício nº 103/2016 do Juiz de Direito da Comarca de Lima Duarte, Dr. Elias Aparecido de Oliveira, Registra a satisfação em receber convite para Audiência Pública para apresentação e discussão da Proposta da Revisão da Lei Orgânica e justifica a impossibilidade de comparecer. Dando continuidade convidou a Assessora Parlamentar Dra. Aline Lillian para apresentar e explanar sobre os principais pontos da Propostas de Revisão a Lei Orgânica. A Dra. Aline Lillian após cumprimentar a todos, iniciou sua apresentação lamentando a ausência da população de Lima Duarte na audiência. Em seguida fez uma breve definição de Lei Orgânica. Destacando, informou que a Lei Orgânica do Município de Lima Duarte foi promulgada em 18 de março de 1990. Informou ainda que a Proposta de revisão e atualização iniciou com a criação de uma Comissão Especial composta pelos vereadores Alex Adriano, Geraldo Fonseca e Tadeu Tavares. Destacou que o trabalho teve a colaboração do ILB. Agradeceu o auxílio do Professor Dr. Luiz Fernando Pires Machado. Dando continuidade listou alguns objetivos da atualização da LOM. Frisou que “as mudanças propostas visam assegurar modernidade e transparência a gestão pública”. Destacou exemplos de avanços na Gestão da Câmara, como: fim da votação secreta; vedada a reeleição da Mesa Diretora; possibilidade de criação do Fundo Especial e ainda o endereço eletrônico “leg”, onde informou que a Câmara já disponibilizou para a população o seu endereço eletrônico com o domínio “leg”, e que este ainda está em processo de adequação. Agradeceu a funcionária da Casa Sidirlene Donizetti por ter disponibilizado parte do seu tempo na criação e alimentação do site, destacando o trabalho de excelência que a servidora tem prestado a Casa. Dando continuidade à sua apresentação explanou sobre as políticas públicas, destacando algumas ações na área de Saúde, na área de Acessibilidade, na área de Educação, agradeceu mais uma vez a funcionária Sidirlene Donizetti pela colaboração enquanto Ex-Secretária Municipal de Educação, nas ações de Políticas Públicas de Educação, e no auxílio a atualização desta área dentro da nova proposta da LOM. Deu continuidade a apresentação das ações: Políticas Públicas Patrimônio Histórico, Artístico e Natural; Políticas Públicas Conselhos, onde destacou que é preciso assegurar a qualificação dos Conselheiros. Ao destacar as Políticas Públicas Participação Popular lamentou a falta de apoio da população. Esclareceu ainda que a Proposta possui mais de 250 (duzentos e cinquenta) artigos e que a Proposta está disponibilizada no site da Câmara. Em seguida colocou-se à disposição para comentários e dúvidas. O vereador Davi sugeriu ao Presidente que primeiro fosse dada a palavra a população presente. Sugestão aceita, iniciou a palavra o senhor Ademir que após cumprimentar a todos, disse que não estudou o texto mas têm algumas considerações. Comentou que uma das formas de participação que já existia na LOM era



CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE

a Lei de Iniciativa Popular e questionou sobre as garantias da lei de Iniciativa Popular na nova proposta. A Dra. Aline esclareceu que independente de Lei Municipal a Lei de Iniciativa Popular é uma obrigatoriedade, uma vez que consta na Lei Federal. O senhor Ademir questionou a forma de tramitação. A Assessora Jurídica Parlamentar esclareceu que a população deve se reunir, colher as assinaturas, e tendo uma Associação responsabilizado deve protocolar na Casa, onde após publicada é levada para as Comissões, sendo um signatário convocado para discutir o Projeto, sem seguida conforme o caso vai a plenário. Esclareceu que existe alguns casos que a Iniciativa é privativa, dando como exemplo o Orçamento, que não poderia ser analisado pela Câmara como Projeto de Iniciativa Popular, uma vez que seria vício de iniciativa, mas caso fosse uma emenda ao Orçamento poderia. O senhor Ademir questionou se tem que ter uma Associação. A Dra. Aline disse que é preciso para que se responsabilize pelas assinaturas. O senhor Ademir perguntou como proceder se não houver uma Associação. A Assessora esclareceu que neste caso é preciso que a justiça eleitoral confira as assinaturas. O senhor Ademir questionou quais são as Leis são Privativas. A Assessora disse que consta na Lei Orgânica. O senhor Ademir deu continuidade dizendo que havia na antiga Lei a citação de um Arquivo Público, e perguntou se na Proposta continua. Dra. Aline esclareceu que consta a Proteção de Documentos na LOM, mas é preciso uma Lei própria para regulamentar. O senhor Ademir ainda questionou sobre a questão dos salários dos vereadores e prefeito, onde constava 30 (trinta) dias antes das eleições. A Assessora esclareceu que a Lei Orgânica reproduz o que diz a Constituição, e que a questão dos trinta (30) dias é no Regimento Interno da Casa. O senhor Ademir ainda questionou se foram feitas alterações nas atribuições dos vereadores e prefeito. Dra. Aline informou que foi feita a reprodução obrigatória da Constituição Federal e basicamente se manteve a mesma. Dando continuidade aos questionamentos o senhor Reginaldo após cumprimentar a todos, comentou sobre os direitos e deveres dos cidadãos. Falou sobre skate e bicicletas no calçadão e perigo as pessoas de pouca mobilidade. Questionou se na LOM tem algum procedimento junto aos órgãos públicos sobre assunto, e se não há de qual órgão seria a competência. Dra. Aline disse que especificamente não há, mas que a fiscalização caberia ao órgão de trânsito ou ao Fiscal de Postura. Informou que existe Lei Municipal que trata especificamente deste assunto. O vereador Davi informou que a fiscalização cabe a Polícia Militar e que a Lei não inclui skate, cabendo uma emenda. O Presidente registrou a presença do senhor Pedro Israel. O vereador Silvio comentou sobre a proibição de bicicleta no Lago. O vereador Davi informou que foi uma indicação atendida pelo Prefeito. O vereador Geraldo Fonseca disse o Projeto da LOM tem que ser colocado em duas votações com intervalo de quinze dias. Segundo ele existe vários pontos a serem discutidos e sugeriu que não se faça em plenário, mas na reunião das comissões na quinta-feira. O vereador Mário Júnior informou que sugeriu que as reuniões das Comissões seja as 13h e 30 min. Solicitou que todos cheguem no horário para discutir a Lei Orgânica. O Presidente vereador Antônio Alves concordou. Disse que quer discutir alguns pontos em relação ao voto secreto. Segundo ele o voto é secreto na eleição da Mesa Diretora, tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado Federal. O vereador Davi Pimenta parabenizou os vereadores que participaram da elaboração da Proposta da LOM. Parabenizou também a Assessora Parlamentar Dra. Aline Lillian e sugeriu que seja discutida a questão do voto secreto na reunião de quinta-feira. O vereador Mário Júnior aproveitou para agradecer a todos que colaboraram com o Projeto. O vereador Tadeu Tavares comentou sua preocupação, uma vez que a Casa “só enche quando se trata de



CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE

assunto de alguns”. Afirmou que a Audiência é um momento em que todos podem falar. O vereador Mário Júnior agradeceu e parabenizou a Dra. Aline Lillian. O vereador Tadeu comentou sobre a importância de todos os vereadores estarem presente para discutir a LOM na reunião de Comissões. A Assessora em suas considerações finais comentou que foram mais de dois anos de trabalho. Solicitou empenho à população e finalizou agradecendo a todos pelo empenho e pelo respeito. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se reunião, lavrou-se esta ata que, se conforme, assinada pelos edis presentes. Lima Duarte, 21 de novembro de 2016.